

HABEAS CORPUS Nº 527.951 - PE (2019/0245498-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABRIEL GONÇALVES LEITE - PE029771
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : HENRIQUE DA SILVA DEODATO DE LUNA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de HENRIQUE DA SILVA DEODATO DE LUNA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do ora paciente pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DA PRÁTICA DO CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 121, § 2o, I E IV, DO CÓDIGO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO.

1. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO:

O processo conta com três réus e a motivação do delito está relacionada ao fato de a vítima ser testemunha ocular de um outro homicídio do qual foi denunciado como autor o ora corréu Jhonatan Vieira Borba, o que denota a complexidade do feito. Ademais, a instrução do feito se alongou, entre outros motivos, também em virtude da impossibilidade de comparecimento da defesa às audiências marcadas para os dias 16/11/2015, 18/08/2017 e 23/10/2017.

Ainda que assim não fosse, o juízo impetrado informou que o ora paciente já foi pronunciado em 06/05/2019. Desta feita, fica superada a alegação de atraso injustificado na marcha processual, nos termos da Súmula de nº 21 do Superior

Tribunal de Justiça: "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução."

2. FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA:

A decisão que decretou a prisão preventiva foi proferida com a devida fundamentação: medida necessária para garantia da ordem pública e da instrução criminal, sobretudo diante da notícia de que o paciente teria cometido crime anterior contra o sobrinho da vítima, que foi assassinada justamente por ter presenciado tal homicídio, e que os familiares da vítima estão sofrendo ameaças por parte dos réus.

Além disso, o paciente possui condenação nos autos nº 000 36.201 5.8.1 7.0001 pela prática do crime do art. 14 da Lei nº 10.826/ cominada pena de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa em regime aberto substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos. Assim, a prisão cautelar deve ser mantida para resguardar a ordem pública ante a periculosidade dos agentes.

3. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME." (fl. 105).

Dáí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo na formação da culpa.

Aduz, ainda, que o paciente se encontra preso desde 06/02/2015, o que caracteriza constrangimento ilegal, pois a custódia cautelar perdura por mais de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, tempo superior ao considerado razoável para julgamento pelo Tribunal do Júri.

Requer, ao final, o relaxamento da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida às fls. 125-126.

As informações foram prestadas às fls. 132-136.

O Ministério Público Federal, às fls. 142-147, manifestou-se pelo **não conhecimento** do **writ**, e, acaso conhecido, pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. PRONÚNCIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. VÁRIOS RÉUS. NECESSIDADE DE ADIAMENTO DE AUDIÊNCIAS. ANÁLISE DE PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA CONSTRIÇÃO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. SESSÃO POPULAR DESIGNADA. DEMORA PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL JUSTIFICADA E SUPERADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

1. A Lei Fundamental garante a todos o direito à duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII), notadamente no âmbito do processo penal em que figura réu preso, configurando constrangimento ilegal, a justificar a devolução da liberdade, excessiva e imotivada demora na conclusão da instrução.

2. Em causas de maior complexidade – diversos réus, necessidade de adiamento de audiências, e outras particularidades que surgem durante o procedimento, notadamente nas hipóteses de competência do Tribunal do Júri – mostra-se razoável certa dilação do prazo na persecução criminal, desde que devidamente justificada e não seja decorrente de falha do aparelho estatal.

3. Não há constrangimento por excesso de prazo se a fase do *judicium accusationis* já se encerrou e, apesar da complexidade da causa, houve designação de sessão para julgamento do paciente perante o Tribunal do Júri.

4. Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus; se conhecido pela denegação da ordem." (fl. 142).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Pretende o impetrante, em síntese, o relaxamento da prisão preventiva, em razão do excesso de prazo na formação da culpa do paciente.

Cumprе ressaltar, inicialmente, que o término da instrução processual não possui características de fatalidade e de improrrogabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais. A propósito, esta Corte, firmou jurisprudência no sentido de se considerar o **juízo de razoabilidade** para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus, bem como a quantidade de advogados e defensores envolvidos. Sobre o tema:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO VERIFICAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Embora seja prevista a realização de audiência de custódia "às pessoas presas em decorrência do cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva" (art. 13 da Resolução n. 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça), a não ocorrência de tal ato somente acarreta a nulidade da custódia preventiva quando evidenciado o desrespeito às garantias processuais e constitucionais, o que não ocorreu na hipótese.

2. É assente na doutrina e na jurisprudência pátrias que, para submeter alguém à prisão cautelar, é cogente a fundamentação concreta, sob as balizas do art. 312 do CPP.

3. A decisão que decretou a custódia preventiva evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva, ante os indícios de o recorrente ser um dos integrantes de organização criminosa armada voltada à prática do tráfico de drogas, com o envolvimento de adolescentes nas condutas perpetradas. O acusado, em tese, atuaria diretamente na venda da droga no varejo.

4. Fica afastada, ao menos por ora, a alegação de excesso de prazo, sobretudo porque se trata de feito complexo, com 26 réus e diversidade de advogados.

5. O Juízo de primeiro grau dirige o andamento do feito com a diligência necessária e já determinou a intimação do órgão ministerial para que se manifeste sobre a notícia de que

alguns acusados permanecem foragidos e de que outros ainda não apresentaram suas defesas preliminares, a evidenciar a busca de celeridade na tramitação.

*6. Recurso não provido" (RHC n. 92.689/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 12/03/2018, grifei).*

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal

2. Pretende o recorrente, por meio deste recurso ordinário em habeas corpus, o reconhecimento do excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que se encontra preso desde 18/2/2017, sem que tenha sido condenado.

3. Esta Corte há muito sedimentou o entendimento de que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo que eventual extrapolação dos prazos processuais não decorre da simples soma aritmética. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.

4. Na hipótese, verifica-se que o período transcorrido para a conclusão do processo não é excessivo, considerando que envolve crime grave (tentativa de latrocínio), cometido mediante violência física, com disparos de arma de fogo e com multiplicidade de réus.

Registre-se, ainda, o fato de que a audiência de instrução e julgamento já se encontra marcada para a data de 23/1/2018, consoante se extrai das informações colhidas no sítio virtual do Tribunal de origem, referente aos autos da Ação Penal n. 0000453-49.2017.8.26.0535.

5. Constrangimento ilegal não caracterizado.

*6. Recurso ordinário em habeas corpus não provido" (RHC n. 91.147/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas** DJe de 29/11/2017, grifei).*

Sobre o tema, assim se manifestou o eg. Tribunal de origem no v. acórdão combatido, **verbis**:

"A impetrante alega excesso de prazo e que, por isso, configura-se o constrangimento ilegal na prisão preventiva do paciente. Todavia, não visualizo prova do alegado excesso.

A partir das informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 38/40), verifica-se que o processo conta com três réus e que a motivação do delito está relacionada ao fato de a vítima ser testemunha ocular de um outro homicídio do qual foi denunciado como autor o ora correu Jhonatan Vieira Borba, o que denota a complexidade do feito.

Ademais, a instrução do feito se alongou, entre outros motivos, também em virtude da impossibilidade de comparecimento da defesa às audiências marcadas para os dias 16/11/2015, 18/08/2017 e 23/10/2017.

Ainda que assim não fosse, o juízo impetrado informou que o ora paciente JÁ FOI PRONUNCIADO EM 06/05/2019 - o Juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital decidiu pela submissão do Sr. Henrique da Silva Deodato de Luna ao Conselho de Sentença daquela Comarca.

Desta feita, fica superada a alegação de atraso injustificado na marcha processual, nos termos da Súmula de nº 21 do Superior Tribunal de Justiça: "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução." Observe-se julgado firmado em caso similar pelo STJ:

[...]

Assim, não se vislumbra o excesso de prazo aludido." (fls. 108-110, grifei).

Nas informações prestadas, o d. Magistrado de 1º Grau esclareceu:

"O paciente foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, juntamente com Josenildo Ferreira Alves sobrinho e Jhonatan Vieira Borba, como incurso no art. 121, §22, incisos I e IV do Código Penal, porque teriam no dia 30 de janeiro de 2015, agindo em comunhão de desígnios e ações, mediante disparos de arma de fogo, ceifado a vida de José Antônio da Silva. Ainda de acordo com a denúncia, a motivação do crime se deu pelo fato de a vítima ser testemunha ocular de um outro homicídio praticado pelo correu Jhonatan Vieira Borba. Ao final da exordial acusatória, o ministério Público requereu a prisão preventiva dos denunciados, com base na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, instas nos arts. 311 e 312 do C.P.P.

A materialidade delitiva restou comprovada por meio da perícia anatoscópica, pelo boletim de identificação de cadáver, pelo exame em local do homicídio e de ilustrações fotográficas, todos constantes dos autos.

[...]

citação do paciente para resposta à acusação.

A denúncia, com rol contendo 06 testemunhas, acompanhada do competente inquérito policial foi recebida em Juízo no dia 08/04/2015, ocasião em que a prisão preventiva do paciente foi mantida e estendida aos demais corréus.

O paciente foi pessoalmente citado e sua defesa se limitou a fornecer rol de testemunha como resposta à acusação.

Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/11/2015, a qual não se realizou tendo em vista a ausência do Defensor Público.

Em novembro de 2015, o paciente por meio da Defensoria Público impetrou pedido de revogação da prisão preventiva, que recebeu parecer contrário do Ministério Público e, indeferido por este Juízo.

Audiência de instrução e julgamento realizada em 12/02/2016, com a oitiva de duas testemunhas do rol da denúncia.

Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/04/2016 foi adiada por ausência das testemunhas do Ministério Público que restavam para serem ouvidas.

Em 19/08/2016, novamente o ato foi adiada por ausência das testemunhas ministeriais.

Em 14/10/2016 audiência de instrução e julgamento realizada com a oitiva de mais duas testemunhas da acusação.

Pedido de relaxamento de prisão formulada pela defesa do paciente, com fulcro no excesso de prazo de encerramento da instrução, no que recebeu parecer contrário do Ministério Público e mantida a prisão por este Juízo.

Em 13/02/2017, procedeu-se a oitiva de mais uma testemunha ministerial.

Em 18/08/2017 restou impossibilitada a realização da audiência em virtude da ausência do Defensor Público, ocorrendo o mesmo caso no ato designado para ocorrer em 23/10/2017.

Em 22/01/2018, chegou ao fim a instrução processual, com a tomada dos interrogatórios dos acusados.

Alegações finais foram ofertadas pelo Ministério Público reafirmando a acusação inicial e requerendo a pronúncia dos acusados nos termos em que foram denunciados.

A Defensoria Pública se reservou para apresentar a tese defensiva na totalidade somente em plenário do Júri.

Em agosto de 2018, este Juízo, atendendo ao contido no Ofício Circular de ng. 011/2018 – GP, da Presidência do TJPE, reavaliou as prisões dos acusados nestes autos e concluiu por mantê-las, entendendo que os motivos que as ensejaram ainda persistiam latentes.

O processo se encontra com decisão de pronúncia do paciente e dos corréus preclusa e com a fase de preparação para julgamento, do art. 422 do C.P.P., da mesma forma, finalizada, para ser incluído em pauta de

juízo, com provisão para o início do próximo ano.” (fls. 133-135, grifei)

Da leitura dos excertos acima transcritos, verifica-se que trata-se de feito complexo, envolvendo adiamentos de audiência decorrente da ausência de testemunhas, e, uma delas, do próprio Defensor Público, a intrincada questão envolvendo a motivação do delito, o número de agentes que participaram do delito. Ademais, a ação penal está seguindo tramitação regular, não havendo qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Impende, ainda, registrar que, conforme destacou o d. Juízo de 1º Grau, nas informações prestadas, a sentença de pronúncia já foi proferida e, atualmente, encontra-se preclusa, com o feito preparado para inclusão na pauta de julgamento do Tribunal de Júri, o que deve ocorrer já no início do ano que se avizinha.

Assim, faz-se necessário asseverar que não há qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado atribuível ao Poder Judiciário.

De mais a mais, é preciso destacar que se o paciente já foi pronunciado e a instrução criminal já se encontra encerrada, a alegação de excesso de prazo encontra-se superado.

Incide, no caso em apreço, o óbice da Súmula nº 21 desta Corte Superior, que prescreve que *"Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução."* e o enunciado da Súmula n. 52 desta Corte Superior: *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"*.

Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO CABIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE

PRONÚNCIA. SÚMULA 21 STJ. ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...]

4. Nos termos do enunciado nº 21 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

5. Ordem não conhecida" (HC n. 345.165/GO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 4/10/2016).

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. DECISÃO DE PRONÚNCIA PROFERIDA. SÚMULA Nº 21/STJ. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

5. A decisão de pronúncia, já proferida nos autos, torna superado o pedido de relaxamento da prisão por excesso de prazo para o encerramento da instrução, nos termos do Enunciado nº 21 da Súmula desta Corte.

6. Writ parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado" (HC n. 344.783/MG, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2016), grifei.

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Conforme orientação pacificada nesta Quinta Turma, "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para a realização dos atos processuais" (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro **FELIX FISCHER**, **QUINTA TURMA**, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015).

3. *In casu*, verifica-se que se trata de processo que conta com 8 réus, com defensores distintos, sendo, a ação penal em análise, a mais complexa de todas as ações relacionadas à Operação Hybris, na qual houve a necessidade de intimação de diversas testemunhas, algumas ouvidas por carta precatória.

4. Entendo que, apesar de sua complexidade, o feito apresentou trâmite regular, não existindo demora desarrazoada ocasionada injustificadamente pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público.

5. Ademais, parte do retardo processual foi provocado pela defesa do paciente, que deixou de apresentar alegações finais, por duas vezes, de forma a protelar o andamento do feito. Apesar disso, o Magistrado cuidou de tomar as providências necessárias a acelerar o trâmite processual, inclusive impondo multa aos procuradores das partes.

Incidência da Súmula 64/STJ: "Não constituiu constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

6. Verifica-se que a instrução criminal foi encerrada e o processo encontra-se na fase de complementação das alegações finais, o que atrai a incidência da Súmula 52 do STJ, que dispõe: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

7. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 392.552/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/11/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTELIONATO, USO DE DOCUMENTO FALSO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA N. 52 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece de habeas corpus quando a parte não apresenta elementos documentais suficientes à aferição do alegado constrangimento ilegal. Cabia ao agravante instruir a impetração com cópia do decisum que analisou a legalidade do édito prisional, ônus do qual não se desencampou.

2. Nos termos da Súmula n. 52 do STJ, "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo".

3. O processo, deflagrado contra cinco réus, para apurar vários crimes de estelionato, uso de documentos falsos e de organização criminosa, foi impulsionado de forma regular, a instrução criminal está encerrada e eventual delonga dos prazos

processuais decorreu das peculiaridades da causa, sem desídia dos órgãos estatais.

Constatado que o Ministério Público e o assistente de acusação apresentaram alegações finais e que falta apenas a apresentação da peça pela defesa para julgamento da ação penal, não é possível mitigar a aplicação da Súmula n. 52 do STJ.

*4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 412.373/SE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 13/11/2017).*

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA N.º 52 DO STJ. PREJUDICADO. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA À VÍTIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Encerrada a instrução do processo, tendo o juízo de primeira instância aberto às partes o prazo sucessivo para apresentação de alegações finais, encontra-se superado o alegado excesso de prazo, nos termos do enunciado sumular n.º 52 desta Corte.

2. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado.

3. In casu, a custódia cautelar foi decretada especialmente pela conveniência da instrução criminal pois, conforme consignou o Juízo de primeiro grau, o recorrente teria ameaçado a vítima sobrevivente e testemunhas.

*4. Recurso a que se nega provimento" (RHC n. 87.191/RS, **Sexta Turma**, Relª. Minª. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 27/10/2017).*

Logo, eventual excesso de prazo para a formação da culpa resta superado.

Não se vislumbra, pois, qualquer ilegalidade flagrante no presente caso, apta a ensejar a concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator